

DECRETO N°. 280/18, DE 19 DE SETEMBRO 2018.

REGULAMENTA A DECLARAÇÃO  
ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DES-IF  
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica instituído o calendário para importação de arquivos referente a exercícios anteriores, que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, documento fiscal digital destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN devidas pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiros Nacional – COSIF.

§ 1º - Os prestadores de serviços de que trata este artigo ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória, respeitando o calendário estabelecido, que consiste em:

I – apresentar uma declaração para cada estabelecimento situado no Município de Cruz Alta -RS;

II – conservar os recibos de entrega até que tenha transcorrido o prazo decadencial ou prescricional;

III – geração da DES-IF no período previsto;

IV – entrega da DES-IF ao Fisco na forma e prazo estabelecido;

V – guarda da DES-IF pelo prazo estabelecido.

§ 2º - A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF referente a exercícios anteriores, deverá ser declarada “on-line”, por meio da “Internet”, no endereço eletrônico da Prefeitura [www.cruzalta.rs.gov.br](http://www.cruzalta.rs.gov.br) que contém o link <http://www.issnetonline.com.br/cruzalta/online/login/login.aspx> ou diretamente através deste link de acesso, na forma, prazo e demais condições estabelecidas pelo Departamento Operacional do ISSQN, subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

§ 3º - A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I – Módulo de Apuração Mensal do ISSQN, que deverá ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco Municipal conforme calendário especificado no Anexo I a este Decreto, contendo os seguintes registros:

a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil, sendo obrigatório o cadastro das contas, no detalhamento dos subgrupos, seu desdobramento (título e subtítulo) para os grupos 7.0.0.00.00-9 e 8.0.0.00.00-6 (no nível mais analítico) independentemente da incidência do imposto;

b) O conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal devido;

c) A informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição;

II – Módulo Demonstrativo Contábil, que deverá ser entregue ao Fisco Municipal conforme calendário especificado no Anexo I a este Decreto, contendo os seguintes registros:

a) os Balancetes Analíticos Mensais das contas de resultado credor com movimentação do período;

b) o Demonstrativo de Receita Consolidada no Título “Rateio de Resultados Internos”;

III – Módulo de Informações Comuns aos Municípios, que deverá ser entregue ao Fisco Municipal conforme calendário especificado no Anexo I a este Decreto, contendo os seguintes registros:

a) Plano Geral de Contas Comentado – PGCC (analítico) de todas as contas de resultado credoras adotadas pela instituição com vinculação das Contas Internas à codificação do COSIF, o respectivo enquadramento na lista de serviços (LC 116/03 e alterações) e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos;

b) Tabela de Tarifas de Serviços da instituição das operações registradas nos subtítulos;

c) Tabela de Identificação de Serviços de remuneração variável prestadas pela instituição;

IV – Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis, que deverá ser gerado anualmente e entregue conforme calendário especificado no Anexo I a este Decreto, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 4º - Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas neste artigo ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Art. 2º.- As instituições financeiras e equiparadas, de que trata o artigo anterior observarão os prazos para importação dos dados discriminados no Anexo I.

Art. 3º.- As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF ficam obrigadas:

I – manter a disposição do Fisco Municipal:

a) os seus balancetes analíticos em nível de subtítulo interno;

b) todos os documentos relacionados ao fato gerador do ISSQN;

II – declarar através do sistema disponibilizado através do link <http://www.issnetonline.com.br/cruzalta/online/login/login.aspx> os dados referente a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados obedecendo os prazos estabelecidos no Anexo I.

Art. 4º.- As instituições financeiras e equiparadas, após efetuarem os lançamentos dos dados dos serviços prestados deverão acessar opção própria no sistema para fechamento do mês e cumprimento da obrigação acessória.

Art. 5º.- Os valores lançados e que não tenham sido pagos no exercício correspondente, deverão ser efetivados até o dia 20 (vinte) do mês subsequente após o lançamento dos dados.

Parágrafo único. Na hipótese em que o lançamento tenha sido efetuado no exercício e tenha diferença de valor de imposto a recolher, a geração da guia deverá ser feita pelo link <http://www.issnetonline.com.br/cruzalta/online/login/login.aspx> e recolhido até o dia 20 (vinte) do mês subsequente após o lançamento dos dados.

Art. 6º.- Os créditos tributários constituídos pelo sujeito passivo por meio de declaração, não pagos ou pagos a menor, na data estabelecida no artigo anterior, serão enviados para inscrição em Dívida Ativa do Município com os acréscimos legais devidos.

Art. 7º.- A retificação de dados ou informações constantes na DES-IF já transmitida ou apresentada é permitida somente antes do início de qualquer ação fiscal que esteja relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Parágrafo único. A Administração Tributária através do Fisco Municipal ao iniciar ação fiscal dará conhecimento formal à empresa a ser fiscalizada.

Art. 8º.- O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 9º.- A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças poderá expedir Normativas que entender necessária à implementação deste regulamento.

Art. 10º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cruz Alta, em 19 de setembro de 2018.

Registre-se:

VILSON ROBERTO BASTOS DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO DANIEL COSSETTIN  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ANEXO I

<b>DESCRIÇÃO DO MÓDULO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PRAZO</b>
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2013 a 12/2013	04/10/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	1º semestre de 2013	04/10/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	2º semestre de 2013	04/10/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2013	04/10/2018
Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis	Exercício de 2013	04/10/2018
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2014 a 12/2014	18/10/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	1º semestre de 2014	18/10/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	2º semestre de 2014	18/10/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2014	18/10/2018
Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis	Exercício de 2014	18/10/2018
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2015 a 12/2015	01/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	1º semestre de 2015	01/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	2º semestre de 2015	01/11/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2015	01/11/2018
Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis	Exercício de 2015	01/11/2018
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2016 a 12/2016	16/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	1º semestre de 2016	16/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	2º semestre de 2016	16/11/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2016	16/11/2018
Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis	Exercício de 2016	16/11/2018
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2017 a 12/2017	30/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	1º semestre de 2017	30/11/2018
Módulo Demonstrativo Contábil	2º semestre de 2017	30/11/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2017	30/11/2018
Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis	Exercício de 2017	30/11/2018
Módulo de Apuração Mensal do ISSQN	Competência 01/2018 a 08/2018	14/12/2018
Módulo Demonstrativo Contábil – Balancetes Analíticos Mensais	1º semestre de 2018 e 07/2018 e 08/2018	14/12/2018
Módulo de Informações Comuns aos Municípios	Exercício de 2018	14/12/2018